

Após subir em palanque de Bruno, petista diz não ser ‘inimigo’ do prefeito

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O vereador do PT, Tiago Ferreira, considerado oposição em Salvador, participou na semana passada de uma agenda de Bruno Reis (União Brasil) e causou bastante polêmica nos bastidores. Inclusive, o prefeito de Salvador usou a participação do edil e aproveitou o momento para alfinetar os adversários na pré-campanha eleitoral de 2024. O gestor evitou citar o principal adversário, Geraldo Júnior (MDB), que se lançou pela base do governador Jerônimo Rodrigues (PT). Tiago chegou a discursar: “Queria, em nome da comunidade de Fazenda Coutos, agradecer o prefeito

Bruno Reis, agradecer a vice, Ana Paula Matos. A democracia se constrói dessa forma. Eu sou vereador de oposição na Câmara Municipal, sou do Partido dos Trabalhadores, e estou aqui, como vereador, em um ato institucional. Sou muito orgulhoso em ser filho dessa comunidade”, discursou. O presidente do PT na Bahia, Éden Valadares, disparou contra o correligionário sendo enfático ao dizer que a situação causou “muito desconforto” dentro do partido. “Claro que cria desconforto, uma tensão na base do PT, na militância do PT, que não entende como pode um vereador nosso de mandato, líder do PT, está participando do evento [de Bruno Reis]. Tudo bem que não era um evento da política, era um evento institucional, mas o

que o que fica nesse tempo da internet é a imagem, né? É ele nos braços dos seus apoiadores e do lado o atual prefeito nos braços dos apoiadores dele. Então a cena não ficou boa, não ficou legal”, declarou. Procurado pela **Tribuna**, Tiago Ferreira se explicou. “Eu não estava no palanque de Bruno Reis. Estava na inauguração do Restaurante, na inauguração. Estava em um ato institucional. Não estava em palanque, palanque é campanha”, ressaltou. “Pautei o município nesse sentido. Para mim foi um momento de alegria. Consegui conquistar algo importante para a comunidade que me criei”, emendou. O vereador afirma que a participação foi alinhada com a cúpula do Governo do Estado: “Avisei ao vice-governador



O VEREADOR do PT, Tiago Ferreira, considerado oposição em Salvador, participou na semana passada de uma agenda de Bruno Reis

que iria participar do ato e ao chefe de gabinete do governador, porque fui eu que fiz a indicação. Tenho uma liderança, que é o governador Jerônimo. No entanto, não sou inimigo do prefeito”. Tiago afirmou que a participação se deu “para dividir o bolo do prefeito do Executivo”. “Estão questionando o fato de alguém estar me carregando, mas eu estava no toldo aguardando o início do

ato, quando carregaram o prefeito e o pessoal me carregou também, para demarcar que o projeto foi meu também. Mas isso não quer dizer que não esteja com o vice-governador Geraldo Júnior”, justificou. O líder sindical lembra ainda que “nós vimos aqui na Bahia também deputados da oposição subindo no palanque do governador Jerônimo” e que a indicação vem sendo

apresentada desde 2021. Questionado sobre a possibilidade de perder a liderança do PT na Câmara Municipal, Tiago Ferreira nega ter ouvido isso. “Não ouvi isso do meu partido. E se isso está ocorrendo por parte de alguém, é uma tremenda ignorância. Não declarei apoio a Bruno Reis. Não estava fazendo campanha. Como militante do PT desde 2007”, finalizou.

EM SALVADOR

Prefeitura lança Patrulha Guardiã Maria da Penha



O PREFEITO Bruno Reis lançou ontem o projeto idealizado pela vereadora Ireuda Silva

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A prefeitura de Salvador lançou ontem a Patrulha Guardiã Maria da Penha, que atuará na atenção às mulheres vítimas de violência. O evento aconteceu na Praça Municipal, no Centro Histórico. Na oportunidade, o chefe do Executivo soteropolitano, ao lado de outros gestores municipais, apresentou os detalhes da iniciativa, além de dados relativos à violência contra a mulher em Salvador, mas destacou que a medida não conta com o apoio do Governo da Bahia. O projeto foi idealizado pela vereadora Ireuda Silva (Republica-

nos), que preside a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. “O Governo da Bahia tem o trabalho da ronda deles e nós vamos ter o nosso, da patrulha. A gente sabe que apesar da redução dos números de feminicídio no último ano de 50%, ainda tem agressões às mulheres que não têm acompanhamento por falta de braço e esse trabalho complementar agora vai fazer uma ação a mais para a proteção das mulheres. Então nós vamos dar essa proteção para garantir, principalmente, as medidas protetivas de distanciamento para quando a mulher se sentir ameaçada”, destacou Bruno

Reis. O objetivo maior do grupo é a efetivação da Lei Maria da Penha no município atuando de forma ostensiva. Os agentes vão, por exemplo, garantir a segurança da vítima no seu deslocamento até as unidades de atendimento. Segundo dados da Polícia Civil, Salvador reduziu em 50% o número de feminicídios de janeiro a junho de 2024 em comparação com o mesmo período do ano passado. A vereadora Ireuda Silva (Republicanos) ressaltou a gestão do prefeito Bruno Reis com relação às políticas públicas para as mulheres, além de enaltecer o trabalho da Guarda Civil Municipal

(GCM). Ela ressaltou que foi criada em um lar onde o pai agredia a mãe todos os dias, então, sabe a gravidade do tema. Disse ainda que o município deve atuar combatendo a violência doméstica. Em seu discurso, a secretária municipal de Política para Mulheres, Infância e Juventude de Salvador, Fernanda Lordelo, pontuou que a cidade avançou “significativamente em relação à proteção das mulheres”. Segundo ela, em relação ao ano passado houve um aumento de mais de 275% em atendimentos às mulheres vítimas de violência nos centros de referência. A gestora pontuou ainda que mais de 80% das mulheres atendidas são negras.

Congresso muda repasse de emendas para desastres em PEC

A nova modalidade tem o potencial de mexer com R\$ 3,2 bilhões em recursos

DANIEL WETERMAN
AGÊNCIA ESTADO

O Congresso Nacional quer aprovar Proposta de Emenda à Constituição (PEC) criando uma nova modalidade de repasse de emendas parlamentares. O objetivo é repassar recursos para prevenção e reconstrução de cidades atingidas por desastres naturais a critério dos deputados e senadores e diminuindo o controle e a transparência sobre o uso desse dinheiro. Com a medida, 5% das emendas individuais (aquelas destinadas a cada deputado e senador), 5% das emendas de bancada

(indicadas pelo conjunto de parlamentares de cada Estado e do Distrito Federal) e 10% das emendas de comissão (reservadas para as comissões da Câmara e do Senado) serão obrigatoriamente destinadas a ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de desastres. A nova modalidade tem o potencial de mexer com R\$ 3,2 bilhões em recursos da União, considerando o Orçamento de 2024, que não seria impactado. O número deve crescer em 2025, pois as emendas aumentam de tamanho a cada ano. Na prática, o dinheiro poderá ser usado em asfalto, pontes, contenção de encos-

tas e outras ações de atendimento a localidades atingidas por enchentes e outras catástrofes naturais. Os recursos serão repassados de forma imediata e direta aos Estados e municípios indicados pelos congressistas, sem apresentação de projetos, assinatura de convênios e mesmo para aqueles que estão inadimplentes com a União, retirando exigências aplicadas atualmente para outros tipos de transferências. O modelo é semelhante à emenda Pix, que é ainda mais opaca, pois não tem nenhuma destinação específica, pode ser gasta livremente e sai do controle da União. A nova modalidade, por sua

vez, continuaria vinculada ao governo federal e fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), mas com redução em mecanismos de controle que hoje garantem essa fiscalização, como análise de projetos e assinatura de convênios. A discussão ocorre no momento em que o Congresso avança sobre o Orçamento da União e diminui a transparência sobre o uso dos recursos. Ontem, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, publicou uma decisão afirmando que o governo Lula e o Legislativo não cumpriram a determinação de acabar com o orçamento secreto, esquema revelado pelo Estadão.



O CONGRESSO Nacional quer aprovar Proposta de Emenda à Constituição (PEC) criando uma nova modalidade de repasse de emendas parlamentares

Lula defende ‘estatuto do bom comportamento para o homem’



LULA sancionou lei que obriga Estados e Distrito Federal a elaborarem um plano de metas para receberem verba destinada à segurança pública

JEANARAÚJO
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), defendeu a criação de um “estatuto do bom comportamento para o homem”. A declaração foi dada ontem, ao sancionar a lei que trata da elaboração de implementação de um plano de metas para enfrentar a violência doméstica familiar contra a mulher de maneira integrada. “Nós precisamos pensar em fazer um estatuto de bom comportamento do homem. Imaginar que uma mulher, depois de uma jornada de trabalho, não tem vontade de voltar para casa porque lá vai encontrar um marido que é agressor e que pode bater

nela por qualquer coisa, ou até mesmo sem alguma coisa. Ele está predestinado a ser agressivo. É preciso ter um estatuto para formar essa espécie de ser humano”, disse. De acordo com o presidente, a escola pode ser o espaço para combater essas agressões. Ele afirmou que é necessário pensar na formação das pessoas, pois quem bate em mulher, “não presta enquanto ser humano, não está bem formado”. “É isso começa pelo ensino fundamental, começa pelo ensino médio. Na escola, é o espaço para a gente poder tentar mostrar um alinhamento de comportamento do ser humano”, afirmou. A lei sancionada prevê que a União, os Estados e os

municípios atuem de maneira colaborativa. Os Estados e o Distrito Federal deverão apresentar um plano de metas de combate à violência contra a mulher a cada dez anos. Somente após essas atualizações, os Estados terão acesso aos recursos federais destinados aos direitos humanos e à segurança pública. “Mesmo o Congresso sendo de uma maioria conservadora, a gente percebe que, em determinadas circunstâncias, conseguimos uma maioria para aprovar coisas importantes, porque as pessoas vão evoluindo na medida em que as mulheres vão crescendo”, pontuou Lula. Em publicação no X (antigo Twitter), Lula comemorou a

sansão da lei. “Em pleno século 21 ainda temos que falar sobre o absurdo que vítima mulheres no Brasil e no mundo. Ainda estamos longe, mas esta lei pretende avançar nos direitos das mulheres”, relatou. A cerimônia de sanção foi fechada à imprensa. De acordo com o Planalto, estavam presentes a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves; o ministro da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Alexandre Padilha; a senadora Janaina Farias (PT-CE); as deputadas federais Erika Kokay (PT-DF) e Benedita da Silva (PT-RJ); e a secretária nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres, Denise Dau.